

## **VI-023 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL**

**Emiliano Lobo de Godoi<sup>(1)</sup>**

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa, mestre e doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás e pós doutor em Licenciamento Ambiental pela Universidade de Lisboa.

**Layane Rodrigues de Oliveira<sup>(2)</sup>**

Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás (EECA/UFG).

**Lorrana Maria Bárbara Ferreira Borges<sup>(3)</sup>**

Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás (EECA/UDF).

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Av. Universitária, 1488. Setor Universitário. CEP 74.605-220 Goiânia, GO. Brasil - Tel: (62) 3209-6084 - e-mail: emiliano@ufg.br

### **RESUMO**

O Licenciamento Ambiental, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) veio instruir, com a finalidade de mitigar os impactos causados pelas atividades humanas sobre o meio e garantir a preservação para as demais futuras gerações, através da gestão dos recursos naturais, compatibilizando assim o desenvolvimento com o meio ambiente. O objetivo deste estudo é examinar historicamente a evolução do Licenciamento Ambiental no Brasil para melhor compreensão de sua importância e dos contratempos que se desenvolveram no decorrer dos anos. Utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, explicativa e empírico-indutiva, com base em revisões bibliográficas presentes, e em documentos especializado sobre os temas envolvidos, como livros, periódicos, artigos e teses. A partir da análise da evolução histórica do Licenciamento Ambiental no Brasil, pode-se destacar a viabilização do instrumento como agente na gestão para a compatibilização entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. O cenário presente permitiu apresentar uma visão da integralização entre Licenciamento e Sistema de Gestão Ambiental, o qual possibilitará o desenvolvimento econômico, mitigando os impactos e controlando o uso dos recursos naturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licenciamento Ambiental, Instrumento da PNMA, Legislação Ambiental, Viabilidade Econômica, Gestão Ambiental.

### **INTRODUÇÃO**

A relação homem meio ambiente, pode ser observada desde o princípio, quando as atividades das sociedades primitivas, causadoras de degradação ambiental, eram assimiladas pelo próprio ambiente, sem haver preocupação com o esgotamento de seus recursos naturais, sejam eles renováveis ou não renováveis (SAMPAIO, 2014). Com o desenvolvimento da humanidade, houve um estreitamento em relação ao meio ambiente, surgindo novos problemas decorrentes da degradação causada pelo homem.

Conforme o avanço, essa relação passou a interligar-se a diversos contextos considerando todo o envoltório do processo de desenvolvimento, nos seus demasiados âmbitos: econômico, político, sociocultural e ambiental, como relata Sampaio (2014). Neste contexto, o direito ambiental veio instruir, com a finalidade de mitigar os impactos causados pelas atividades humanas sobre o meio e garantir a preservação para as futuras gerações, através da gestão dos recursos naturais, compatibilizando assim o desenvolvimento com o meio ambiente.

Com isso é possível observar, historicamente, o crescimento econômico, no qual este preceito tem por base a insustentabilidade, levando ao esgotamento dos recursos naturais, podendo ser irreversível. E esta incerteza é contrária ao princípio da precaução, o qual tem por base a prevenção e cuidado consciente. A ideia de uma ascensão econômica dá ênfase a consequências que estão inter-relacionadas com o aumento das desigualdades sociais, com a forte progressão e degradação dos recursos. (SAMPAIO, 2014)

Durante o desenvolvimento histórico do país, as preocupações em prol da preservação do ambiente, resultaram em edições de leis, criação de instituições e o surgimento de associações da sociedade civil de proteção ambiental, segundo Souza (2016). Ele ainda ressalta que as reflexões e normas sobre o meio ambiente existem desde o período colonial, e isso permite destacar que a forma como empregava, a finalidade e o pensamento modificaram-se no decorrer da história.

No Brasil, durante o período Colonial, havia uma preocupação em preservar os recursos para garantir viabilidade econômica, devido ao grande interesse em fiscalizar e reger a sua utilização de forma a evitar desperdícios e garantir a participação da Coroa nos resultados dessa exploração, conforme Oliveira (2005). Em 1797 foram promulgadas cartas régias das quais apresentavam preocupação com o crescente desmatamento, assim como a defesa do solo, água e fauna. Cabe ressaltar a Carta Régia de 17 de janeiro de 1814, a qual em seu art. 2º apresentava a necessidade de uma licença para a retirada de madeiras, mais especificamente o pau-brasil, perobas e tapinhoãs. (BRASIL, 1814)

Na fase Imperial, prosseguia a devastação das florestas que teve início no período colonial por meio das monoculturas. Porém, existiam também normas que faziam referência a alguns elementos ambientais, a exemplo, a Lei 601 de 18 de setembro de 1850, a qual dava atenção aos desmatamentos e aos incêndios criminosos, discorre Souza (2016). O intuito era de conceder aos delegados de polícia o papel de proteger as matas, instituindo por trás desta lei o princípio de incumbência ao dano ambiental.

Já na fase Republicana, o avanço na legislação ambiental brasileira foi significativo com grande repercussão, no qual apresenta até hoje o seu aperfeiçoamento. De acordo com Ferreira (2016), o século XX iniciou voltado a preocupação com os recursos naturais, criando os primeiros códigos de proteção, como o florestal, fauna, mineração, água e pesca, porém sem uma visão íntegra do meio ambiente, estabelecendo imposições legais individualizadas.

A ânsia pelo desenvolvimento tornou a relação do homem à natureza uma agressão, no qual trouxe desequilíbrio ambiental devido ao uso insensato dos recursos naturais, resultando em grandes desastres. No início do século XX, destaca-se o de Vale do Meuse (Bélgica) com emissões de gases poluentes, e em Minamata (Japão) com o lançamento de esgoto contaminado por mercúrio. (LAGO, 2013).

Meados das décadas de 60 e 70, aconteceram grandes movimentos sociais, culturais e políticos, com o intuito de impugnar os desastres ambientais que estavam ocorrendo no mundo. O marco histórico da política internacional do meio ambiente foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano em 1972, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na cidade de Estocolmo (Suécia). Esta Conferência fomentou adoções de medidas de avaliação dos impactos ambientais, a fim de diminuir as consequências causadas por ações antrópicas. (ONU, 1972)

Neste âmbito, é capaz de compreender o instrumento Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um processo de medida que visa estimular a consideração de fatores ambientais no planejamento e tomada de decisão, conforme Carmo (2013). De modo que as ações, públicas e privadas, implementadas sejam mais compatíveis com o meio ambiente.

Todos estes acontecimentos refletiram no Brasil de forma local na década de 70, com o surgimento de leis que exigiam licença para agentes poluentes. Sánches (2013), ressalta as leis que foram estabelecidas nos Estados do Rio de Janeiro em 1975 com o Decreto 134/75, São Paulo em 1976 com o Decreto 997/76 e também no Estado de Goiás em 1978 com o Decreto 8.544/78, sendo estes procedimentos de licenciamento ambiental já adotados naquela época.

Em 1981, elaborou-se a Lei nº 6.938/81 intitulada por Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), sendo um marco na legislação ambiental brasileira. A PNMA entrou em vigor durante o regime militar, cenário no qual o país passava, sendo um período de estabelecimento de políticas públicas sem discussão, porém com aplicações gradativas. No art. 9º da presente lei foram titulados os instrumentos, dentre eles encontra-se o AIA e o Licenciamento Ambiental, sendo este último considerado uma ferramenta importante no gerenciamento dos recursos naturais. (BRASIL, 1981)

Com o advento do Licenciamento Ambiental, promulgado por lei, é possível a realização da análise de seu progresso até a atualidade. Assim, o presente artigo tem por objetivo examinar historicamente a evolução do Licenciamento Ambiental no Brasil para melhor compreensão da sua importância e dos contratempos que se desenvolveram no decorrer dos anos, com o propósito de perceber os pontos relevantes do processo de aprimoramento.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente trabalho baseou-se na pesquisa do panorama da legislação ambiental brasileira, por meio de procedimento metodológico qualitativo, explicativo e empírico-indutivo, com base em revisões bibliográficas presentes, e em documentos especializado sobre os temas envolvidos, como livros, periódicos, artigos e teses.

De acordo com Vilas Boas (2015) o método qualitativo caracteriza-se pelo caráter descritivo com enfoque indutivo da pesquisa, na qual o pesquisador é o responsável pela retirada de informações de um ambiente natural. Para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, Manning apud Toni (2016) propõe uma separação temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador, que permite definir o local a ser estudado.

Segundo Gil apud Vilas Boas (2015) a pesquisa explicativa objetiva conhecer a realidade de maneira mais aprofundada, além de descrever, analisar, interpretar e classificar os fenômenos estudados. Apresenta como que os fatos se desenvolveram até os resultados.

Por fim, através do método empírico o conhecimento origina-se dos sentidos e da experiência, que ajudam a prever e a entender a realidade. E do método indutivo, o qual permite a obtenção de conclusões a partir da observação de um fenômeno (GERHARDT, 2009). Possibilitou-se a realização da pesquisa, com reuniões semanais e sob referências do orientador, chegou-se à conclusão do trabalho.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O INSTRUMENTO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

As normas e instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente do Brasil estabelecem a viabilidade da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, sendo estes os objetivos prescritos em seu art. 2º. (BRASIL, 1981)

O Licenciamento Ambiental (LA) foi baseado com finalidade de controlar a utilização dos recursos naturais, compatibilizando a atividade do uso e de sua disponibilidade, promovendo assim um controle prévio à construção, instalação, ampliação e operação dos estabelecimentos e serviços, dos quais são considerados efetivos ou potencialmente poluidores. Ou seja, é uma ferramenta para mitigar o impacto, através da análise e estudo da atividade e do local, vinculando-se o AIA ao processo do licenciamento por meio da Resolução CONAMA nº 01/86 (BRASIL 1986), que sustenta o licenciamento de competência federal de atividades a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Haja vista, no art.10º da PNMA o estabelecimento de prévio licenciamento ambiental à “construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”, sendo esta a definição para LA abordada na política. (BRASIL, 1981)

Em 1997, com a promulgação da Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, determinou-se em seu art. 8º, os tipos de licenças expedidas pelo Poder Público, como forma de instruir e orientar o procedimento:

“I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do

empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.” (BRASIL, 1997)

A competência administrativa em matéria ambiental é comum aos entes federativos, de acordo com o art. 23º, IV, da Constituição de 1988, conforme Garcia e Silva (2013). Assim, a Lei Complementar nº 140/2011, aborda a respeito da cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência de proteção ao meio ambiente. Esta lei descreve quais as atribuições de cada ente federativo no processo do licenciamento ambiental, definindo as atividades e empreendimentos a serem licenciados por estes, fornecendo diretrizes para a descentralização da gestão.

Conforme a localização geográfica cabe à União efetuar o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe ou em dois ou mais estados. O Estado tem competência para licenciar atividades e empreendimentos localizados em dois ou mais Municípios. E o Município é habilitado a licenciar atividades e empreendimentos que não ultrapasse seu limite geográfico. (BRASIL, 2011)

Cada ente federativo, seja o Município, o Estado ou a União, podem exercer o controle e a fiscalização das atividades ou empreendimentos desde que a atribuição para licenciar seja de responsabilidade dos mesmos, assumindo caráter de descentralização, em concordância com o Instituto Estadual do Ambiente – Rio de Janeiro (2013).

## **ÚLTIMOS 10 ANOS**

O arcabouço legal para o processo de Licenciamento Ambiental obteve considerável avanço na última década, em todos os âmbitos: Federal, Estadual e Municipal. Dentre as várias legislações ambientais que surgiram para dar suporte a este instrumento da PNMA, e em termos do Licenciamento Ambiental Federal – cujos empreendimentos e atividades se enquadram conforme o potencial poluidor, ou seja, que apresenta um significativo impacto ambiental em nível nacional ou regional – de acordo com o portal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2018), dentre as várias legislações ambientais expostas, as selecionadas com maior relevância que surgiram durante os últimos 10 anos estão apresentadas na Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1: Legislação: Licenciamento Ambiental Federal.**

|   |   |
|---|---|
| Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011                        | Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. |
| Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015                                  | Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea “h”, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.  |
| Portaria Interministerial MMA/Cultura/Saúde nº 60, de 24 de março de 2015 | Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.  |
| Portaria Conjunta nº 225, de 30 de junho de 2011                          | Criar, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF).   |
| Portaria Ibama nº 16, de 23 de novembro de 2011                           | Publicar o Regimento Interno do Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF), aprovado na primeira reunião do CCAF, na forma do Anexo I desta Portaria.   |
| Instrução Normativa Ibama nº 184, de 17 de julho de 2008                  | Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental federal.  |
| Instrução Normativa Ibama nº 8, de 14 de julho de 2011                    | Regulamenta, no âmbito do Ibama, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto nos Decretos nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009.   |
| Instrução Normativa Ibama nº 2, de 27 de março de 2012                    | Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Ibama.  |

No ano de 2008, com o intuito de aproximar a sociedade ao licenciamento, foi redigida a Instrução Normativa nº 183 (17/07/08) cuja ideia central é o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos, através da criação do Sistema Informatizado do Licenciamento Ambiental - SisLic, que tem por objetivo o gerenciamento dos procedimentos, o acompanhamento dos prazos, a disponibilização de informações e a operacionalização de protocolo eletrônico do Licenciamento Ambiental Federal, conforme o artigo primeiro desta. Segundo Faria (2011), “a efetiva participação da sociedade nos processos de licenciamento ambiental está, necessariamente, associada à adequada difusão da informação”.

Em 2011 é criada a Lei Complementar nº 140, marcando na história mais uma fase do Licenciamento Ambiental, regulamentando o art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no qual trata da cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sobre as matérias de competência comum dos entes federativos, aprovando assim a presente lei. Esta descreve quais as atribuições de cada ente federativo no processo do licenciamento ambiental, definindo as atividades e empreendimentos a serem licenciados por estes. Por sua vez, diminuiu os conflitos existentes entre os próprios e descentralizou o sistema, ou seja, ocorreu um processo de transferência de poder político, fiscal e administrativo para unidades subnacionais do governo, conforme Burki. (1999 apud NASCIMENTO, 2017)

Atualmente o instrumento de gestão ambiental da PNMA, é visto como um mero processo administrativo, burocrático e como um obstáculo para grandes investimentos, sendo essa visão extremista de uma extensa parte do setor de produção. Porém, a demora na expedição das licenças não deve ser entendida como parte de um processo deliberado de conter o desenvolvimento, assim como a emissão desses documentos não deve ser vista como o resultado de práticas de aliciamento e corrupção. (FARIA, 2011)



Grande parte dos conflitos existentes e dos que foram surgindo no decorrer da evolução do licenciamento, são de diversas causas, todavia interligadas entre si, sendo destacadas dentre algumas, por Faria:

“A baixa qualidade dos estudos ambientais elaborados para a obtenção das licenças; as dificuldades inerentes aos procedimentos de previsão de impactos; a visão cartorial do processo de licenciamento; as deficiências nos processos de comunicação com a sociedade; as falhas do modelo de realização de audiências públicas; os conflitos políticos internos aos órgãos do setor ambiental; a politização dos cargos gerenciais do setor público, com reflexos sobre a qualidade da gestão; a sobreposição de funções entre órgãos públicos; a baixa capacitação técnica para analisar, com a requerida qualidade, as informações prestadas nos relatórios preparados pelos empreendedores requerentes de licenças; o aumento da influência de argumentos subjetivos e ideológicos; a indefinição das competências legais de cada nível de governo (União, estados e municípios); a judicialização do processo decisório, motivada, principalmente, pelas ações do Ministério Público e pela fragilidade legal das resoluções do Conama que embasam a tomada de decisão no setor, abrindo espaço para contestações judiciais; e a exigência e imposição política de avaliação rápida de projetos prioritários.”.

(FARIA, 2011)

É possível chegar na análise a partir dos últimos 10 anos, no qual apresentou maior demanda nos serviços ambientais e as instituições públicas apresentaram certo carecimento na parte técnica. Isso se deu devido ao fato, como ressalta Ferreira (2016), de que “o cenário econômico mundial no início do século XXI foi marcado por uma expansão econômica impulsionada pelo rápido crescimento asiático, provocando alta nos preços de *commodities* [...]”, devido a este fator o cenário do Brasil começou a voltar para essa parte da produção, da implementação econômica, o que resultou numa larga escala na demanda por licenças.

Desse modo, fica claro a importância deste instrumento de forma implícita, pois é necessário ter o entendimento que economia e meio ambiente irão estar juntos, só que compreendendo a necessidade de acatar a determinadas instruções para não prejudicar certa parte. Contudo, analisando todo o processo de evolução histórica do Licenciamento Ambiental no Brasil, e chegar à compreensão de que este instrumento de gestão ambiental viabiliza o desenvolvimento econômico, beneficiando não somente a sociedade, mas sim os recursos naturais, pois serão usados de forma adequada para garantir sua preservação às presentes e futuras gerações.

## **O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

O Licenciamento Ambiental exerce certo controle sobre atividades e empreendimentos que utilizam direta ou indiretamente recursos naturais, e busca conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Existe uma mútua dependência entre o desenvolvimento e o meio ambiente. No Brasil, meados da década de 70, deixou claro essa relação. Nesse período caracterizou-se por elevado PIB (Produto Interno Bruto) devido ao grande crescimento econômico vigente, contudo, em contrapartida o cenário global voltava-se às discussões ambientais, fato marcado pela Conferência de Estocolmo em 1972, dita anteriormente. A expansão abrupta econômica do país, resultou, não somente em problemas ambientais crescentes, mas também no que envolve a parte social, pois gerou grande desigualdade sociais, elevando a pobreza, que é a causa de grandes problemas ambientais e, ao mesmo tempo, é a maior vítima desse tipo de problema, conforme Moura (2011).

Em 1980, o país passava por uma crise econômica ambiental, devido à ascensão obtida na década anterior, com a construção de obras de grande porte, como hidrelétricas e rodovias. As obras de infraestrutura apoiam o desenvolvimento e do contrário contribui para agredir o meio ambiente. Assim, em 1981 com a instauração da PNMA, através de seus instrumentos de gestão ambiental, cujo o intuito principal é o controle no uso e a preservação dos recursos naturais, evidenciando que sem os devidos recursos da natureza, o desenvolvimento a longo prazo não será possível. (MOURA, 2011)

Posteriormente, a Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 170º, inciso sexto, ressalta que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por finalidade assegurar a todos existência digna de defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços, e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988).

Portanto, o Licenciamento Ambiental atua na gestão do meio ambiente, compatibilizando desenvolvimento econômico.

No entanto, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) quando aliado ao Licenciamento Ambiental torna-se um regulador das orientações dos instrumentos econômicos de gestão ambiental instituídos na PNMA. Atividades ou empreendimentos que adotam o SGA deveriam ser beneficiados nos processos de licenciamento, desde um benefício ou redução de alguma etapa processual, devido às práticas adotadas para a redução de seus aspectos e impactos ambientais.

Além de incentivar empresas a adotarem boas práticas ambientais, torna-se possível a ocorrência do automonitoramento. De acordo com a Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD, 2007, tradução nossa), automonitoramento compreende-se por um sistema de medidas organizacionais e técnicas implementadas e reguladas por órgãos reguladores sujeitos a licenciamento ambiental ou regras gerais vinculantes, a fim de garantir sua conformidade com os requisitos regulatórios. A OECD inclui o monitoramento de operações, emissões e outros impactos regulados por licenças, assim como manutenção de registros de dados obtidos por monitoramento, e o fornecimento de relatório às autoridades competentes.

Deste modo, temos a NBR ISO 14001, que trata a respeito do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), cuja adesão é voluntária, e permite que a empresa consolide respostas às mudanças ambientais, protegendo o meio ambiente e obtendo retorno econômico. A organização tem acesso integral ao sistema produtivo, e são desenvolvidos processos para a otimização no uso dos recursos naturais e econômicos, ou seja, traduzindo-se por uma redução do custo da poluição juntamente com uma redução do custo de produção. (ALMEIDA; CAVALCANTI; MELLO, 2001)

A partir da análise da evolução histórica do Licenciamento Ambiental no Brasil, um país que “é candidato natural a desempenhar papel decisivo na consolidação de uma nova civilização industrial dos trópicos, dado seu extraordinário potencial de recursos subutilizados de produção” (ALMEIDA; CAVALCANTI; MELLO, 2001), este instrumento da PNMA incorpora a responsabilidade ambiental às organizações, de modo a impor sem a devida instrução da aplicabilidade desse, implicando ao processo de comando e controle.

Encontra-se ainda hoje, embates entre uma visão econômica do meio ambiente e uma visão puramente ecológica do mesmo, segundo Souza (2016). Assim, com a adoção de comportamentos ambientais das empresas, ou seja, um SGA ajudará não somente no controle ambiental das práticas adotadas ou dos processos e atividades, como também na viabilização de licenças necessárias para a operações passivas de poluição e/ou degradação ambiental.

Todavia a integralização do Licenciamento e do SGA promove a “conservação do meio ambiente e de serem meios para a condução dos processos produtivos sob o prisma do desenvolvimento sustentável, o que circunscreve a sua importância no âmbito econômico e social”. (VIANA et al., 2003)

## **CONCLUSÕES**

As preocupações em prol da preservação ambiental durante o desenvolvimento histórico do país resultaram em pensamentos que foram modificados, sendo essenciais para chegar no atual cenário. A evolução do LA no Brasil ficou marcado a partir de sua oficialização, ou seja, quando se tornou possível falar diretamente de licenças ambientais, a partir da publicação da Lei nº 6.938, em 31 de agosto de 1981. A PNMA atribui maior efetivação no que se refere o art. 225º da Constituição Federal, ao regulamentar as atividades que afetam o meio ambiente para assegurar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Assim, a análise da evolução histórica do licenciamento ambiental no Brasil resultou em duas conclusões: a viabilização do instrumento como agente na gestão ambiental, pois busca conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Ou seja, disciplinar e minimizar os impactos das atividades potencialmente poluidoras, através do automonitoramento; e na busca do aprimoramento do licenciamento ambiental, encontraram certas imperfeições na aplicação e uso do instrumento, como foi apresentado. Porém, a fim de propor soluções conforme os dispositivos constantes na Constituição Federal (1988), mais exatamente

art. 23º e 225º, estão realizando pesquisas acadêmico-científicas e projetos de leis cujo intuito é o aprimoramento do LA.

Por considerações finais, os estudos do presente trabalho permitiram visualizar a necessidade de um mapeamento para avaliar a eficácia do processo de licenciamento como umas das formas de verificação dos pontos fragilizados.

Portanto, o cenário presente tornou propício uma visão da integralização do Licenciamento Ambiental e do SGA, no qual possibilitará o desenvolvimento econômico, mitigando os impactos e controle do uso dos recursos naturais, preservando o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, J.R., CAVALCANTI, Y., MELLO, C.S. Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 14.001: sistema de gestão ambiental. Rio de Janeiro, 2004.
3. BRASIL. Carta Régia, de 17 de janeiro de 1814. Autorisa a concessão de sesmaria e isenta do pagamento dos dizimos as culturas do trigo e linho da Capitania do Espírito Santo. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/pdf/Legimp-C\\_39.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/pdf/Legimp-C_39.pdf)> Acesso em 09 ago. 2018.
4. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Alexandre de Moraes. 32 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 416 p. (Manuais de Legislação Atlas)
5. BRASIL. Lei nº 601, de 28 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.HTM)> Acesso em 09 ago. 2018.
6. BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Legislação brasileira sobre meio ambiente. 3 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. 576 p. (Série Legislação; n. 58)
7. BRASIL. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
8. BRASIL. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Brasília: MMA, 2012. 1126 p.
9. BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Brasília: MMA, 2012. 1126 p.
10. BRASIL. Instrução Normativa nº 183, de 17 de julho de 2008.
11. CARMO, A.B., SILVA, A.S. Licenciamento ambiental federal no Brasil: perspectiva histórica, poder e tomada de decisão em um campo em tensão. Revista franco-brasileira de geografia n. 19, nov. 2013.
12. FARIA, I.D. Ambiente e energia: crença e ciência no licenciamento ambiental. Releitura: complicações de textos para discussão. Brasília: Senado Federal, v. 2, n. 4, p. 257-291, jul./dez. 2011.
13. FERREIRA, M.B.M., SALLES, A.O.T. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. Revista de Economia. v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016.
14. GARCIA, L. M.; SILVA, R. F. T. Direito ambiental. 6. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2013.
15. GERHARDT, T. E., SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGA, 2009. 120 p.
16. IBAMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Legislação: Licenciamento Ambiental Federal. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/empreendimentos-e-projetos/licenciamento-ambiental-legislacao>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
17. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. Descentralização do licenciamento ambiental no Estado no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: INEA, 2013. 36 p.
18. LAGO, A. A. C. Conferências de desenvolvimento sustentável. Brasília: FUNAG, 2013. 202 p.



19. MAGALHÃES, Gustavo A.; VASCONCELOS, Luís A. de Araújo. O licenciamento ambiental à luz do princípio constitucional da proporcionalidade. *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v. 7, n. 13/14, p.241-268, jan./dez. 2010.
20. MAGALHÃES, Juraci Perez. A evolução do direito ambiental no Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002, 88 p.
21. MOURA, Luiz A. A. Qualidade e gestão ambiental. 6 ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2011. 418 p.
22. NASCIMENTO, T., FONSECA, A. A descentralização do licenciamento ambiental na percepção de partes interessadas de 84 municípios brasileiros. *Desenvolvimento e meio ambiente*. v. 43, Edição Especial: Avaliação de Impacto Ambiental, dez. 2017. DOI: 10.5380/dma.v43i0.54177.
23. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. Technical guide on environmental self-monitoring in countries of Eastern Europe, Caucasus, and Central Asia. França: Paris 2007.
24. OLIVEIRA, A.I.A. Introdução à legislação ambiental brasileira e licenciamento ambiental. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.
25. OLIVEIRA, Viviane S. Licenciamento ambiental: história e legislação. *Cadernos de Iniciação Científica*. São Bernardo do Campo, v. 2, n. 2, p. 123-129, jul. 2005.
26. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Suíça: Estocolmo, 1972.
27. SAMPAIO, R. Fundação Getúlio Vargas. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, p. 181, 2014.
28. SÁNCHEZ, L.E. Development of environmental impact assessment in Brazil. *UVP Report* 27, p. 193-200, 2013.
29. SOUZA, J. D. Meio ambiente no Brasil: valores, políticas e normas. *Revista Interface*. n. 12, p. 103-118, dez. 2016.
30. TONI, M. Programa de formação docente: qualificando ações de gestão. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Porto Alegre, 2016.
31. VIANA, E.C., CARVALHO, R.M.M.A., OLIVEIRA, P.R.S., VALVERDE, S.R., SOARES, T.S. Análise técnico-jurídica do licenciamento ambiental e sua interface com a certificação ambiental. *Sociedade de Investigações Florestais*. v.27, n.4, p.587-595, 2003.
32. VILAS BOAS, R. F. Comportamento de busca de informação dos estudantes de biblioteconomia da universidade de Brasília para a produção do trabalho de conclusão de curso. 2015. 106 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Brasília, Faculdade de Ciências da Informação, Brasília, 2015.